

DESAFIOS DA INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM TEA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

CHALLENGES OF SCHOOL INCLUSION FOR CHILDREN WITH TEAT IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION

DESAFIOS DE LA INCLUSIÓN ESCOLAR DE NIÑOS CON TEA EN LA EDUCACIÓN INFANTIL

Flávia de Oliveira dos Santos Santos

RESUMO: Este artigo aborda os desafios da inclusão escolar de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na educação infantil, destacando as múltiplas dimensões que envolvem esse processo. A partir de uma pesquisa bibliográfica, foram analisados aspectos relacionados às políticas públicas, à formação docente, à infraestrutura escolar, à relação família-escola e às práticas pedagógicas inclusivas. O estudo evidencia que, apesar dos avanços legais e normativos, ainda existem barreiras significativas que dificultam a efetivação da inclusão plena dessas crianças no ambiente escolar. A formação dos professores surge como elemento central para a construção de uma prática pedagógica sensível e adaptada às necessidades específicas das crianças com TEA. Além disso, a infraestrutura adequada e a presença de profissionais de apoio são essenciais para garantir um ambiente favorável à aprendizagem e ao desenvolvimento. O envolvimento da família e a articulação entre os diversos profissionais da escola também são apontados como fatores que contribuem para o sucesso da inclusão. O artigo destaca ainda a importância de práticas pedagógicas diversificadas, que valorizem a singularidade de cada criança e promovam sua autonomia, socialização e bem-estar. Ressalta-se a necessidade de uma mudança cultural nas instituições educacionais, que deve superar modelos tradicionais e valorizar a diversidade como um princípio pedagógico e ético. O compromisso coletivo entre educadores, gestores, famílias e formuladores de políticas públicas é fundamental para garantir os direitos das crianças com TEA e construir escolas inclusivas. O estudo reforça que a inclusão na educação infantil é um processo contínuo e dinâmico, que exige formação, investimentos e sensibilização, representando uma oportunidade para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e plural.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista; Educação Infantil; Inclusão Escolar; Formação Docente.

ABSTRACT: This article discusses the challenges of including children with Autism Spectrum Disorder (ASD) in early childhood education, highlighting the multiple dimensions involved in this process. Based on bibliographical research, aspects related to public policies, teacher training, school infrastructure, family-school relations and inclusive pedagogical practices were analyzed. The study shows that, despite legal and regulatory advances, there are still significant barriers that make it difficult to fully include these children in the school environment. Teacher training is a key element in building a pedagogical practice that is sensitive and adapted to the specific needs of children with ASD. In addition, adequate infrastructure and the presence of support professionals are essential to guarantee an environment that is conducive to learning and development. Family involvement and coordination between the school's various professionals are also pointed out as factors that contribute to successful inclusion. The article also highlights the importance of diversified teaching practices that value the uniqueness of each child and promote their autonomy, socialization and well-being. It highlights the need for a cultural change in educational institutions, which must overcome traditional models and value diversity as a pedagogical and ethical principle. The collective commitment of educators, managers, families and public policy makers is fundamental to guaranteeing the rights of children with ASD and building inclusive schools. The study reinforces that inclusion in early childhood education is a continuous and dynamic process that requires training, investment and awareness-raising, representing an opportunity to build a fairer, more democratic and plural society.

Keywords: Autism Spectrum Disorder; Early Childhood Education; School Inclusion; Teacher Training.

RESUMEN: Este artículo aborda los desafíos de la inclusión escolar de niños con Trastorno del Espectro Autista (TEA) en la educación infantil, destacando las múltiples dimensiones que implica este proceso. A partir de una investigación bibliográfica, se analizaron aspectos relacionados con las políticas públicas, la formación docente, la infraestructura escolar, la relación familia-escuela y las prácticas pedagógicas inclusivas. El estudio evidencia que, a pesar de los avances legales y normativos, aún existen barreras significativas que dificultan la implementación plena de la inclusión de estos niños en el entorno escolar. La formación de los docentes surge como un elemento central para la construcción de una práctica pedagógica sensible y adaptada a las necesidades específicas de los niños con TEA. Además, la infraestructura adecuada y la presencia de profesionales de apoyo son esenciales para garantizar un ambiente favorable para el aprendizaje y el desarrollo. La participación familiar y la articulación entre los diferentes profesionales de la escuela también se señalan como factores que contribuyen al éxito de la inclusión. El artículo destaca además la importancia de prácticas pedagógicas diversificadas, que valoren la singularidad de cada niño y promuevan su autonomía, socialización y bienestar. Se resalta la necesidad de un cambio cultural en las instituciones educativas, que debe superar modelos tradicionales y valorar la diversidad como principio pedagógico y ético. El compromiso colectivo entre educadores, gestores, familias y formuladores de políticas públicas es fundamental para garantizar los derechos de los niños con TEA y construir escuelas inclusivas. El estudio reafirma que la inclusión en la educación infantil es un proceso continuo y dinámico, que requiere formación, inversiones y sensibilización, representando una oportunidad para la construcción de una sociedad más justa, democrática y plural.

Palabras clave: Trastorno del Espectro Autista; Educación Infantil; Inclusión Escolar; Formación Docente.

1 INTRODUÇÃO

A inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na educação infantil tem se consolidado como um dos principais desafios enfrentados pelas instituições educacionais na contemporaneidade. O processo de construção de uma escola inclusiva requer transformações profundas no ambiente escolar, nas práticas pedagógicas e na formação docente, de modo a garantir o direito à aprendizagem e ao desenvolvimento pleno de todas as crianças. Nesse contexto, a presença de crianças com TEA nas salas de aula exige não apenas adaptações físicas e curriculares, mas também um olhar sensível, ético e responsável por parte de todos os envolvidos no processo educativo.

O avanço das políticas públicas de inclusão escolar no Brasil, especialmente após a promulgação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), trouxe importantes contribuições para a valorização da diversidade no ambiente educacional. No entanto, os desafios persistem, sobretudo quando se trata da efetivação dessas políticas na prática cotidiana das escolas de educação infantil. Muitas vezes, há uma distância significativa entre o que está previsto na legislação e o que se concretiza nas salas de aula, especialmente no que tange ao atendimento das especificidades das crianças com TEA.

O Transtorno do Espectro Autista se caracteriza por um conjunto de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, envolvendo comprometimentos na comunicação, na socialização e na flexibilidade comportamental. Essas características variam significativamente entre os indivíduos, o que torna o atendimento educacional ainda mais complexo. Na educação infantil, etapa fundamental para o desenvolvimento global da criança, é imprescindível que os profissionais da educação compreendam as particularidades do TEA para que possam planejar intervenções adequadas e acolhedoras.

O atendimento de crianças com TEA na educação infantil exige uma atuação colaborativa entre professores, equipe gestora, profissionais de apoio, famílias e especialistas da saúde. A escola, nesse contexto, precisa assumir o compromisso de ser um espaço acessível, adaptável e sensível às necessidades de cada sujeito. Isso implica em romper com modelos pedagógicos tradicionais, muitas vezes excludentes, e investir em estratégias que favoreçam a construção de vínculos, a mediação da aprendizagem e o respeito às singularidades.

Apesar dos avanços teóricos e legais no campo da educação inclusiva, o cotidiano das escolas ainda revela lacunas na formação dos professores para lidar com a diversidade. Muitos educadores se sentem despreparados para acolher crianças com TEA, o que pode gerar insegurança, resistência e, em alguns casos, práticas que reforçam a exclusão. Por isso, torna-se urgente repensar a formação inicial e continuada dos docentes, garantindo-lhes acesso a conhecimentos atualizados sobre o transtorno, bem como a metodologias inclusivas e instrumentos de avaliação adequados.

Outro fator que contribui para os desafios da inclusão diz respeito à infraestrutura das instituições de educação infantil. Muitas escolas não dispõem de recursos materiais, tecnológicos e humanos que favoreçam o atendimento às necessidades educacionais específicas das crianças com TEA. A ausência de salas multifuncionais, brinquedos pedagógicos adaptados e profissionais de apoio compromete a qualidade da inclusão e limita o pleno desenvolvimento infantil.

A relação entre a escola e a família também desempenha papel central no processo de inclusão. As famílias de crianças com TEA enfrentam inúmeras dificuldades, desde o diagnóstico até a inserção escolar, sendo frequentemente desafiadas por contextos de preconceito, desinformação e falta de suporte institucional. A escuta ativa, o diálogo constante e o acolhimento dessas famílias são fundamentais para construir uma rede de apoio sólida que favoreça o processo educacional e emocional da criança.

É preciso reconhecer que a inclusão de crianças com TEA na educação infantil não é uma tarefa que depende apenas da boa vontade dos professores ou da atuação isolada de um profissional. Trata-se de um compromisso coletivo, que exige políticas públicas eficazes, financiamento adequado, formação continuada, apoio intersetorial e uma gestão escolar comprometida com os princípios da equidade e da justiça social. A ausência de um trabalho integrado compromete a efetivação do direito à educação de qualidade para todos.

Nesse cenário, a pesquisa desenvolvida neste artigo propõe-se a analisar os principais desafios enfrentados pelas instituições de educação infantil na inclusão de crianças com TEA. Para isso, adota como base a legislação educacional brasileira, documentos oficiais e estudos recentes da área, além de experiências práticas relatadas por educadores. O objetivo é contribuir para a ampliação do debate sobre a inclusão escolar e para a construção de práticas pedagógicas mais sensíveis, eficazes e alinhadas às necessidades das crianças.

O estudo busca também evidenciar que a inclusão de crianças com TEA, embora desafiadora, é possível e necessária. Quando há comprometimento institucional e investimento em formação, é possível transformar a escola em um espaço de pertencimento, onde todas as crianças possam aprender, se desenvolver e conviver em um ambiente de respeito mútuo e valorização das diferenças. A educação infantil, por ser a base da trajetória educacional, assume papel decisivo nesse processo.

Considerando a importância dessa temática, este trabalho se justifica pela necessidade de aprofundar o debate sobre a prática inclusiva nas escolas de educação infantil e identificar caminhos que promovam uma educação mais equitativa. Ao trazer à tona os entraves e as potencialidades dessa realidade, pretende-se contribuir para uma reflexão crítica e propositiva sobre o papel da escola na garantia do direito à educação de crianças com TEA.

A relevância deste estudo também se encontra no momento histórico em que se intensificam os debates sobre a educação inclusiva e os direitos das pessoas com deficiência. É essencial que a sociedade,

os educadores e os gestores escolares se comprometam com uma educação que valorize a diversidade como riqueza, e não como obstáculo. A construção de uma escola verdadeiramente inclusiva é um desafio coletivo e permanente, que exige sensibilidade, conhecimento e ação transformadora.

Ressalta-se que a inclusão de crianças com TEA na educação infantil não pode ser vista como um favor ou uma concessão, mas como o cumprimento de um direito humano fundamental. Garantir esse direito significa reconhecer a dignidade de cada criança, respeitar suas necessidades e potencialidades e construir uma sociedade mais justa e igualitária para todos.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza qualitativa e abordagem exploratória, cuja principal estratégia metodológica é a pesquisa bibliográfica. Esse tipo de investigação busca compreender o fenômeno estudado a partir da análise de materiais já publicados, como livros, artigos científicos, documentos oficiais e outras fontes relevantes, permitindo uma discussão fundamentada em saberes consolidados. Segundo Gil (2017), a pesquisa bibliográfica é adequada quando o objetivo é reunir, organizar e interpretar contribuições teóricas já existentes sobre determinado tema.

A escolha pela abordagem qualitativa justifica-se pelo caráter interpretativo do estudo, que visa compreender os desafios da inclusão escolar de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na educação infantil sob múltiplas perspectivas. De acordo com Minayo (2022), a pesquisa qualitativa busca captar significados, motivações e percepções relacionadas ao objeto investigado, sendo especialmente útil quando se deseja compreender realidades complexas e multifacetadas, como é o caso da inclusão educacional.

Para a coleta de dados, foram selecionadas fontes secundárias pertinentes ao tema, priorizando produções publicadas nos últimos dez anos, sem, no entanto, desconsiderar autores clássicos que contribuíram de forma significativa para a consolidação da área. A busca por materiais foi realizada em bases como Scielo, Google Acadêmico e repositórios institucionais, utilizando descritores como “Transtorno do Espectro Autista”, “educação infantil”, “educação inclusiva”, “formação docente” e “políticas públicas de inclusão”.

A análise dos textos selecionados seguiu a técnica de análise de conteúdo, conforme proposto por Bardin (2016), que consiste em identificar categorias temáticas, relacionar conceitos e interpretar os dados à luz dos objetivos da pesquisa. Essa técnica permite maior profundidade na compreensão dos discursos presentes na literatura e favorece a identificação de recorrências, contradições e lacunas no campo investigado.

Por tratar-se de uma pesquisa bibliográfica, não houve aplicação de instrumentos empíricos como entrevistas ou questionários. Contudo, a riqueza das fontes consultadas possibilitou a construção de uma

análise crítica e reflexiva sobre os principais obstáculos enfrentados pelas instituições de educação infantil no processo de inclusão de crianças com TEA. A metodologia adotada, portanto, oferece subsídios teóricos relevantes para a discussão e elaboração de propostas que visem à melhoria das práticas inclusivas nas escolas brasileiras.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na educação infantil tem se consolidado como um campo de desafios e possibilidades, principalmente no contexto das políticas públicas que buscam garantir o direito à educação de qualidade para todos. Apesar dos avanços normativos, a efetivação desse direito ainda encontra barreiras estruturais, pedagógicas e formativas no cotidiano das instituições escolares (BRASIL, 2015).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) orienta que os sistemas de ensino assegurem o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência. No entanto, o atendimento educacional de crianças com TEA na prática ainda revela uma lacuna entre os preceitos legais e as realidades institucionais. Muitas escolas não estão suficientemente preparadas para lidar com a complexidade das demandas do transtorno.

Segundo Mantoan (2021), a inclusão escolar pressupõe uma mudança de paradigma que vai além da simples inserção física do aluno na sala de aula regular. Trata-se de promover transformações nas práticas pedagógicas, currículos e relações escolares. No caso do TEA, essas transformações precisam considerar as especificidades neuropsicológicas do transtorno e garantir condições adequadas para o desenvolvimento da criança.

Estudos apontam que uma das principais dificuldades enfrentadas pelos professores é a falta de formação adequada para trabalhar com crianças autistas. De acordo com Oliveira e Silva (2020), muitos docentes relatam insegurança e despreparo, principalmente na identificação das necessidades específicas e na adoção de estratégias de ensino inclusivas. Isso revela a urgência de políticas de formação inicial e continuada voltadas à inclusão.

Além da formação, a infraestrutura das instituições é outro fator determinante para a efetivação da inclusão. Segundo relatório do Instituto Alana (2022), grande parte das escolas públicas brasileiras ainda não dispõe de recursos didáticos, ambientes adaptados e profissionais de apoio especializados, o que dificulta a aprendizagem das crianças com TEA. Esses elementos são essenciais para garantir a equidade educacional.

A presença do profissional de apoio escolar é reconhecida como um facilitador importante no processo de inclusão. Conforme Andrade e Lacerda (2021), esse profissional contribui para a mediação das

atividades, o apoio à interação social e a construção da autonomia da criança. No entanto, sua atuação ainda é marcada por indefinições legais e práticas, especialmente na educação infantil.

Outro aspecto relevante diz respeito à individualização do ensino. Crianças com TEA apresentam formas distintas de comunicação, interação e aprendizagem, o que exige que os professores adotem estratégias diversificadas. De acordo com Bosa (2019), o planejamento pedagógico deve ser flexível e sensível às necessidades emocionais, cognitivas e comportamentais do aluno autista, o que representa um desafio significativo na rotina escolar.

A relação entre família e escola também se destaca como elemento central na inclusão. Conforme aponta Amaral (2022), a parceria com as famílias favorece a continuidade das intervenções pedagógicas e permite uma compreensão mais aprofundada das características da criança. A escuta ativa e o diálogo constante entre os atores educativos são fundamentais para promover o bem-estar da criança com TEA.

Apesar dos desafios, muitas escolas têm conseguido desenvolver práticas inclusivas exitosas com base em experiências colaborativas e projetos interdisciplinares. A atuação em rede, envolvendo professores, psicólogos, terapeutas ocupacionais e fonoaudiólogos, fortalece o processo educacional e amplia as possibilidades de aprendizagem. Segundo Silva e Costa (2020), o trabalho coletivo é um dos pilares para o sucesso da inclusão de crianças com TEA.

A formação continuada tem se mostrado uma estratégia eficaz para o aprimoramento das práticas docentes. Cursos de capacitação, oficinas pedagógicas e grupos de estudo contribuem para o desenvolvimento profissional e para a troca de experiências entre os educadores. Como destaca Mittler (2021), a formação deve ser permanente, contextualizada e centrada nas práticas pedagógicas reais dos professores.

No entanto, ainda há resistência de parte da equipe pedagógica em acolher a diversidade como valor educativo. Muitas vezes, o autismo é visto como um obstáculo ao ritmo da turma ou ao cumprimento do currículo. Essa visão excludente revela a persistência de uma lógica normatizadora que não reconhece o direito à diferença como princípio educativo (Aranha, 2020).

A atuação da gestão escolar é outro fator decisivo para a construção de uma cultura inclusiva. De acordo com Batista e Ferreira (2021), o compromisso da equipe gestora com a inclusão influencia diretamente a mobilização dos recursos institucionais e a organização do trabalho pedagógico. Uma gestão sensível e comprometida promove espaços formativos, garante condições de trabalho e favorece práticas de acolhimento.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009) estabelecem que essa etapa deve respeitar as singularidades das crianças, promovendo seu bem-estar, desenvolvimento integral e direito à brincadeira. No entanto, crianças com TEA muitas vezes são excluídas de atividades lúdicas, por falta de estratégias que considerem suas formas específicas de interação e sensorialidade.

Estudos como os de Santos e Nunes (2023) apontam que o uso de recursos visuais, rotinas estruturadas e jogos adaptados pode favorecer significativamente o engajamento e a aprendizagem de crianças autistas. Essas estratégias, quando inseridas no cotidiano da sala de aula, promovem maior previsibilidade e reduzem a ansiedade, aspectos cruciais para o bem-estar da criança.

Além disso, o uso da tecnologia assistiva tem se mostrado uma aliada poderosa na promoção da inclusão. Aplicativos educativos, softwares de comunicação alternativa e dispositivos sensoriais podem ampliar as possibilidades de expressão e participação das crianças com TEA. Conforme Lima e Rocha (2021), a tecnologia deve ser compreendida como ferramenta pedagógica, e não como solução isolada.

Mesmo com essas possibilidades, a inclusão só será efetiva se houver uma mudança cultural nas escolas. É necessário abandonar práticas homogeneizadoras e abrir espaço para a escuta, a empatia e a valorização das diferenças. Como afirma Perrenoud (2022), educar para a inclusão é um exercício ético e político que exige o reconhecimento da dignidade de cada sujeito.

A legislação brasileira, embora avançada em muitos aspectos, ainda carece de mecanismos eficazes de monitoramento e avaliação da inclusão escolar. Segundo o Observatório Nacional da Educação Especial (2022), é preciso fortalecer os sistemas de controle social e os indicadores de qualidade inclusiva, de modo a garantir que as políticas públicas sejam efetivamente implementadas.

No campo da avaliação escolar, é necessário superar modelos padronizados que não contemplam as particularidades dos alunos com TEA. Avaliações diagnósticas, registros de desenvolvimento e portfólios são alternativas mais adequadas e coerentes com os princípios da educação infantil. Como destaca Hoffmann (2020), avaliar na educação infantil deve ser um processo contínuo, qualitativo e participativo.

A promoção da inclusão também exige atenção à saúde emocional dos educadores. O estresse e a sobrecarga podem comprometer a qualidade do trabalho e gerar atitudes resistentes à diversidade. Políticas institucionais de cuidado, escuta e apoio aos professores são fundamentais para fortalecer a prática inclusiva e garantir ambientes escolares saudáveis (Fonseca; Almeida, 2023).

É fundamental reconhecer que o TEA não representa um impedimento para o desenvolvimento e a aprendizagem, mas uma forma singular de estar no mundo. Quando há acolhimento, adaptação e compromisso, as crianças com autismo demonstram avanços significativos em sua autonomia, linguagem, socialização e habilidades cognitivas, como evidenciado por Cunha e Medeiros (2022).

Dessa forma, a inclusão de crianças com TEA na educação infantil demanda um olhar pedagógico sensível, ético e fundamentado em evidências. O compromisso com uma educação democrática e igualitária passa pela valorização da diferença como princípio educativo, e não como exceção a ser tolerada. Como salienta Skliar (2021), a inclusão é um direito e não um favor.

O enfrentamento das barreiras à inclusão exige a articulação entre diferentes esferas: política, pedagógica, institucional e cultural. A escola não deve ser o único espaço responsável pela transformação,

mas precisa estar no centro do debate, como lugar de encontro, acolhimento e transformação social. O futuro da educação inclusiva depende da ação coletiva e da vontade política de garantir o direito à educação para todos.

Portanto, a construção de práticas pedagógicas verdadeiramente inclusivas depende da escuta das crianças, do diálogo com as famílias e da formação constante dos educadores. A diversidade deve ser entendida como potência pedagógica e não como desafio a ser superado. A educação infantil tem papel decisivo na construção de uma sociedade mais justa, igualitária e humana.

A ampliação do debate sobre o autismo e sua interface com a educação tem contribuído para a desconstrução de estigmas historicamente atribuídos às crianças com TEA. Na medida em que o conhecimento sobre o transtorno se expande, cresce também a compreensão sobre as múltiplas formas de desenvolvimento e aprendizagem. Como afirmam Paula e Silveira (2021), reconhecer o potencial das crianças com autismo é o primeiro passo para garantir sua plena inclusão social e escolar.

Nesse processo, o papel dos pares — outras crianças da mesma faixa etária — tem sido considerado fundamental para o desenvolvimento das habilidades sociais de alunos com TEA. Interações cotidianas mediadas por professores favorecem a construção de vínculos e o fortalecimento das competências comunicativas. Para Carvalho e Brito (2022), o convívio com a diversidade promove a empatia e a cooperação desde a primeira infância, preparando sujeitos mais conscientes e solidários.

A literatura também evidencia que práticas de contação de histórias, dramatizações e atividades artísticas podem ser eficazes no trabalho com crianças com TEA. Tais práticas estimulam a imaginação, ampliam o repertório simbólico e permitem formas alternativas de expressão. De acordo com Vasconcelos e Rezende (2020), essas atividades são especialmente potentes para envolver alunos que possuem dificuldades com a linguagem verbal tradicional.

Contudo, é preciso ressaltar que a eficácia dessas estratégias depende da escuta ativa do professor e da sua capacidade de observar os sinais sutis emitidos pela criança. O professor que se propõe a compreender as formas não convencionais de comunicação contribui para que o aluno com TEA sinta-se pertencente ao ambiente escolar. Como destaca Del Prette e Del Prette (2021), a competência social docente é determinante para a qualidade das relações pedagógicas e para o sucesso da inclusão.

Outro aspecto pouco discutido, mas de grande relevância, é o impacto da rotatividade de professores na educação infantil. Quando a criança com TEA passa por constantes trocas de educadores, perde-se a continuidade do vínculo afetivo e do planejamento adaptado, o que pode prejudicar seu desenvolvimento. Segundo Pletsch (2023), a estabilidade das relações interpessoais é um dos pilares da inclusão na infância, especialmente para crianças que demandam previsibilidade e rotina.

Reforça-se que o processo de inclusão de crianças com TEA deve ser pautado pela construção coletiva do conhecimento pedagógico. A escuta entre pares docentes, o planejamento conjunto e a reflexão

crítica sobre as práticas favorecem o aperfeiçoamento constante do trabalho pedagógico. Como apontam Stainback e Stainback (2022), a inclusão não se realiza de forma solitária, mas em comunidade, quando todos assumem a responsabilidade pelo sucesso de cada criança.

4 CONCLUSÃO

A inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na educação infantil representa um desafio complexo que envolve múltiplas dimensões. A partir da análise dos desafios enfrentados pelas instituições e dos avanços nas políticas públicas, observa-se que a efetivação da inclusão depende de um compromisso coletivo que ultrapassa as barreiras legais e normativas, envolvendo a transformação das práticas pedagógicas, da cultura escolar e da formação dos profissionais da educação.

Um dos aspectos centrais para o sucesso da inclusão é a qualificação dos professores, que precisam ser preparados não apenas para identificar as particularidades do TEA, mas para adaptar suas estratégias e criar ambientes de aprendizagem acolhedores e estimulantes. A formação continuada, alinhada com a prática cotidiana, é indispensável para que os educadores se sintam seguros e capacitados para atuar com a diversidade.

Outro ponto essencial é a estruturação adequada das escolas, com ambientes físicos acessíveis, recursos pedagógicos diversificados e a presença de profissionais de apoio especializados. A infraestrutura não pode ser vista como um detalhe secundário, pois ela impacta diretamente na possibilidade de participação ativa das crianças com TEA em todas as atividades escolares, garantindo-lhes o direito à aprendizagem plena.

A relação entre família e escola também se apresenta como um elemento fundamental para a inclusão. O diálogo permanente, o respeito mútuo e o reconhecimento do papel da família como parceira no processo educativo fortalecem o desenvolvimento integral da criança e promovem maior consistência nas intervenções pedagógicas.

Apesar das dificuldades apontadas, as experiências exitosas de inclusão demonstram que a transformação é possível quando há vontade política, formação adequada, investimentos e, sobretudo, sensibilidade e respeito à diversidade. A construção de uma escola verdadeiramente inclusiva implica reconhecer as diferenças como riqueza e potencialidades a serem desenvolvidas.

É necessário romper com modelos tradicionais que privilegiam a homogeneidade e passam a valorizar a singularidade de cada aluno, especialmente daqueles que apresentam características únicas como as crianças com TEA. A educação infantil, enquanto etapa fundamental para o desenvolvimento humano, deve ser o espaço privilegiado para essa prática democrática e igualitária.

As práticas pedagógicas precisam ser constantemente revisadas e adaptadas para atender às necessidades específicas de cada criança, promovendo a autonomia, a socialização e o bem-estar. O

planejamento deve considerar as dimensões cognitivas, emocionais e sociais, assegurando que as crianças com TEA possam participar plenamente das atividades escolares.

A construção do ambiente escolar inclusivo é, portanto, um processo contínuo e coletivo que envolve educadores, gestores, famílias e comunidade. A inclusão não se limita à presença física da criança na escola, mas sim à garantia do seu direito de aprender, ser respeitada e reconhecida como sujeito de direitos e capacidades.

A superação dos desafios da inclusão passa pela promoção de uma cultura escolar que valorize a diversidade, incentive a colaboração e a solidariedade, e combatá o preconceito e a exclusão em todas as suas formas. A sensibilização e o engajamento de todos os atores escolares são fundamentais para consolidar essa cultura.

O investimento em pesquisa e a incorporação de novas tecnologias e metodologias também desempenham papel crucial na melhoria das práticas inclusivas. A inovação pedagógica deve estar alinhada com os princípios da equidade e da justiça social, promovendo a participação efetiva de todos os alunos.

É importante ressaltar que a inclusão de crianças com TEA na educação infantil é um direito inalienável que deve ser garantido por toda a sociedade. É responsabilidade coletiva construir escolas que acolham, respeitem e potencializem as singularidades de cada criança, assegurando um futuro mais justo, inclusivo e humano para todos.

É fundamental destacar que a inclusão não deve ser compreendida como um ato isolado ou pontual, mas como um processo contínuo que requer comprometimento constante e ações integradas em diferentes níveis. Esse processo exige a construção de ambientes escolares acolhedores, que respeitem as particularidades de cada criança e ofereçam condições para que ela desenvolva suas potencialidades ao máximo, sem barreiras ou limitações impostas pela instituição ou pela sociedade.

A mudança de paradigma necessária para a efetivação da inclusão implica em repensar conceitos tradicionais sobre ensino e aprendizagem, valorizando as práticas pedagógicas que promovem a diversidade e a pluralidade de formas de ser e de aprender. Isso significa ampliar o olhar do educador para além do conteúdo curricular, considerando aspectos emocionais, sociais e culturais que impactam diretamente o desenvolvimento das crianças com TEA.

Outro ponto que merece atenção é a importância do trabalho coletivo e interdisciplinar no âmbito escolar. A inclusão efetiva é fruto da articulação entre diferentes profissionais, como pedagogos, psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e demais especialistas, que atuam de forma integrada para oferecer um suporte abrangente à criança. A colaboração entre esses atores fortalece as estratégias de ensino e contribui para um ambiente mais inclusivo e acolhedor.

A sensibilização e o envolvimento da comunidade escolar, incluindo familiares e demais alunos, são essenciais para a construção de uma cultura inclusiva. O respeito às diferenças e a promoção do diálogo são

caminhos para superar preconceitos e fomentar uma convivência baseada na empatia e na solidariedade, valores fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa.

É preciso também que as políticas públicas sejam contínuas e consistentes, garantindo recursos financeiros, materiais e humanos que sustentem as ações inclusivas nas escolas. A ausência de investimentos adequados compromete a implementação das práticas pedagógicas necessárias e limita o acesso e a permanência das crianças com TEA no sistema regular de ensino.

O reconhecimento da diversidade enquanto riqueza para a aprendizagem fortalece a educação inclusiva como um projeto político e social, que ultrapassa os muros da escola e influencia a construção de uma sociedade mais democrática. A educação infantil, como etapa inicial da trajetória escolar, tem papel decisivo na formação de valores e na construção de atitudes que promovam a aceitação e o respeito à diferença.

Portanto, o avanço na inclusão de crianças com TEA na educação infantil depende do compromisso conjunto de educadores, gestores, famílias, pesquisadores e formuladores de políticas públicas. Somente por meio dessa mobilização coletiva será possível superar os desafios e construir escolas verdadeiramente inclusivas, que acolham e valorizem cada criança em sua singularidade.

A construção desse novo paradigma educacional implica, ainda, na valorização do protagonismo infantil, reconhecendo que as crianças são agentes ativos de seu processo de aprendizagem e sujeitos de direitos. A escuta atenta às suas necessidades e potencialidades deve orientar as práticas pedagógicas, assegurando-lhes espaços de participação, expressão e desenvolvimento pleno.

Diante disso, é essencial que as instituições de educação infantil promovam espaços de reflexão e formação continuada para os profissionais, incentivando a troca de experiências e o desenvolvimento de estratégias que atendam às especificidades das crianças com TEA. O investimento na qualificação docente é um passo fundamental para a consolidação da educação inclusiva.

Finalmente, a inclusão de crianças com TEA na educação infantil deve ser vista como uma oportunidade para o fortalecimento da democracia escolar e para a construção de uma sociedade que valorize a diversidade em todas as suas formas. A escola inclusiva não é um ideal distante, mas um projeto possível, que exige compromisso, sensibilidade e ação contínua.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Bianca Alves do. Família e escola na inclusão de crianças com TEA: desafios e possibilidades. Revista Educação Especial, Santa Maria, v. 35, n. 1, p. 82-97, 2022.
- ANDRADE, Mariana C. de; LACERDA, Cristina B. F. de. O papel do profissional de apoio escolar na inclusão de alunos com TEA. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 27, n. 3, p. 345-360, 2021.
- ARANHA, Maria S. F. Educação inclusiva e formação docente: enfrentando a cultura da exclusão. Campinas: Autores Associados, 2020.
- BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BATISTA, Vera Lúcia; FERREIRA, André Luiz. A gestão escolar e os desafios da inclusão de alunos com deficiência. Revista Práxis Educacional, Vitória da Conquista, v. 17, n. 44, p. 354-373, 2021.
- BOSA, Cleonice A. O desenvolvimento da criança com TEA na escola: desafios para a inclusão. Cadernos de Educação, Pelotas, v. 58, p. 57-74, 2019.
- BRASIL. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil. Brasília: MEC/SEB, 2009.
- BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.
- BRASIL. Relatório de Monitoramento da Educação Especial. Brasília: MEC/INEP, 2015.
- CARVALHO, André Luiz; BRITO, Larissa P. Interações entre pares e desenvolvimento social de crianças com TEA na educação infantil. Revista Interações em Psicologia, Curitiba, v. 27, n. 2, p. 101-118, 2022.
- CUNHA, Camila F.; MEDEIROS, Roberta A. Práticas pedagógicas inclusivas na educação infantil: avanços no desenvolvimento de crianças com TEA. Revista Educação e Fronteiras, Dourados, v. 12, n. 34, p. 229-246, 2022.
- DEL PRETTE, Zilda A. P.; DEL PRETTE, Almir M. Competências sociais docentes e inclusão escolar: perspectivas atuais. Educação & Sociedade, Campinas, v. 42, e235698, 2021.
- FONSECA, Jéssica A.; ALMEIDA, Paula V. Saúde emocional docente e inclusão escolar: reflexões contemporâneas. Revista Psicologia Escolar e Educacional, São Paulo, v. 27, p. e256738, 2023.
- GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- HOFFMANN, Jussara. Avaliar na educação infantil: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança. Porto Alegre: Mediação, 2020.
- INSTITUTO ALANA. Educação inclusiva nas escolas públicas brasileiras: desafios e recomendações. São Paulo: Alana, 2022. Disponível em: <https://alana.org.br>. Acesso em: 15 jun. 2025.
- LIMA, Beatriz R.; ROCHA, Luan D. A tecnologia assistiva no processo de inclusão de alunos com TEA na educação infantil. Revista Educação e Tecnologias, Uberlândia, v. 16, n. 1, p. 121-138, 2021.

MANTOAN, Maria T. E. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? 15. ed. São Paulo: Moderna, 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 15. ed. São Paulo: Hucitec, 2022.

MITTLER, Peter. Educação inclusiva: contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2021.

OBSERVATÓRIO NACIONAL DA EDUCAÇÃO ESPECIAL. Relatório técnico sobre a implementação da política de educação inclusiva no Brasil. Brasília: ONEESP, 2022.

OLIVEIRA, Ana Cláudia A.; SILVA, Érica L. A formação docente e os desafios da inclusão de alunos com autismo. *Revista Educação em Foco*, Juiz de Fora, v. 25, n. 2, p. 44-61, 2020.

PAULA, Matheus G.; SILVEIRA, Helena R. Desconstruindo estigmas: potencialidades de crianças com autismo na escola. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 37, n. 1, p. 1-20, 2021.

PERRENOUD, Philippe. Ensinar: agir na urgência, decidir na incerteza. Porto Alegre: Penso, 2022.

PLETSCH, Márcia D. Rotatividade docente e inclusão de crianças com deficiência na educação infantil. *Cadernos de Educação*, Pelotas, v. 63, p. 150-168, 2023.

SANTOS, Daniela M.; NUNES, Carla F. Estratégias visuais e rotina estruturada no ensino de crianças com TEA. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 29, n. 1, p. 110-127, 2023.

SILVA, Bruna R.; COSTA, Fabiana G. Práticas interdisciplinares na inclusão de crianças com TEA na educação infantil. *Cadernos de Educação*, Pelotas, v. 59, p. 118-136, 2020.

SKLIAR, Carlos. A inclusão que é possível: diferença e alteridade na escola. Porto Alegre: Mediação, 2021.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. Inclusão: guia prático para educadores. Porto Alegre: Artmed, 2022.

VASCONCELOS, Maria R.; REZENDE, Cláudia C. Arte e imaginação na educação de crianças autistas: uma abordagem inclusiva. *Revista Psicopedagogia*, São Paulo, v. 37, n. 3, p. 220-236, 2020.